



INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA E PREENCHIMENTO DO GABARITO

- Verifique se este caderno contém 35 questões.
- Confira os dados do cartão resposta.
- O cartão resposta é o único documento hábil para a correção da prova objetiva e **deverá** ser preenchida com caneta esferográfica de tinta preta.
- No cartão resposta não poderá haver rasuras e não poderá haver mais de uma alternativa assinalada para cada questão. Caso isso ocorra, a questão será anulada.
- As questões objetivas serão de múltipla escolha, contendo 5 (cinco) alternativas (a, b, c, d, e), em que apenas uma é a correta.
- A marcação das letras na folha de respostas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de cor preta**.
- Não haverá substituição do cartão resposta.
- A prova terá duração de 04 (quatro) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta.
- Ao término da realização da prova, em cada sala, é obrigatória a saída simultânea dos 03 (três) últimos candidatos, os quais deverão assinar a ata de encerramento da aplicação da prova na respectiva sala.
- O candidato que necessitar utilizar o sanitário deverá solicitar isso ao aplicador de prova.
- Este caderno de prova **não** poderá ser levado.

NOME: _____

Nº INSCRIÇÃO: _____

ASSINATURA: _____

Curitiba, 16 de outubro de 2022.



.....
Corte na linha pontilhada

UNESPAR – Edital nº 060/2022-CPPS – Concurso Público para o cargo de Agente Universitário Nível Superior – Advogado.

RASCUNHO – ANOTE AQUI AS RESPOSTAS E DESTAQUE NO PONTILHADO ACIMA.

Questões	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Respostas																				
Questões	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35					
Respostas																				

CRONOGRAMA:

- Divulgação do gabarito provisório: a partir do dia 17/10/2022.
- Divulgação do resultado final: a partir do dia 14/11/2022 no site www.unespar.edu.br/concursos.



LÍNGUA PORTUGUESA

Como a Lua se formou? Cientistas mapeiam presença de hidrogênio na superfície lunar

Denis Pacheco

Embora ela esteja bem perto de nós e plenamente visível quase todas as noites, ainda são muitos os mistérios que cercam a Lua. Em especial, mistérios que envolvem o papel da água na origem do satélite natural da Terra.

Em um estudo publicado no *Journal of Geophysical Research*, pela primeira vez, pesquisadores do Laboratório de Física Aplicada Johns Hopkins, nos Estados Unidos, compilaram um mapa completo da presença de hidrogênio na superfície da Lua. O mapa identifica dois tipos de materiais lunares contendo o elemento e confirma ideias anteriores sobre a relação entre hidrogênio e água na Lua. Os achados sugerem que a água provavelmente desempenhou um papel importante na formação e solidificação original do oceano de magma da Lua.

De acordo com o professor Ricardo Trindade, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, os cientistas do laboratório utilizaram dados de nêutrons orbitais da Missão Lunar Prospector. A sonda, que foi implantada pela Nasa, em 1998, orbitou a Lua por um ano e meio e enviou de volta a primeira evidência direta de hidrogênio nos polos lunares, antes de impactar a superfície lunar.

“O Lunar Prospector era um satélite com vários instrumentos, incluindo um espectrômetro de nêutrons que detecta a interação deles com o hidrogênio”, explica o especialista ao sintetizar que, por causa do detector, foi possível estimar a quantidade de hidrogênio na Lua.

“A variação da quantidade de hidrogênio lunar aumenta com relação à latitude, por isso, quanto mais próximo dos polos da Lua, maior a quantidade de hidrogênio. Inclusive, temos evidências de gelo nas calotas polares da Lua. Mas, o que esse mapa novo mostra é que, na porção central da Lua, ou seja, nas porções mais próximas do Equador, distante dos polos, existem duas regiões que têm valores de hidrogênio anormalmente elevados”, esclarece o geofísico.

O mapa confirmou hidrogênio em dois tipos de materiais lunares. A primeira confirmação surgiu no território lunar conhecido como Planalto de Aristarco, que abriga o maior depósito piroclástico da Lua. Esses depósitos são fragmentos de rochas em erupção de vulcões, corroborando observações anteriores de que o hidrogênio e/ou a água desempenharam um papel nos eventos magmáticos lunares. A segunda confirmação veio na forma de rochas do tipo KREEP, um acrônimo em inglês para rocha de lava lunar, que significa potássio (K), elementos de terras raras (REE) e fósforo (P). Ambos os locais remontam às origens do satélite.

“O grande interesse desse trabalho é que costumamos associar a quantidade de hidrogênio – ou voláteis em geral – na superfície da Lua como um efeito da vinda desse material a partir do vento solar. Como se esse material tivesse sido depositado sobre a superfície da Lua depois que ela se formou. No entanto, a existência dessa quantidade maior de hidrogênio nesses dois locais mostra que a água pode ter sido parte dos elementos que contribuíram para a formação da Lua, 4 bilhões de anos atrás”, revela o professor.

De acordo com os cientistas, descobertas como essa são importantes não apenas para entendermos o funcionamento e a origem do sistema solar, mas também para planejar futuras explorações humanas fora da Terra.

O professor reforça que, atualmente, a hipótese mais aceita é que a Lua tenha nascido da colisão de um corpo muito grande, praticamente do tamanho de Marte, com a Terra primitiva. No processo, uma parte do manto terrestre escapou, mas ficou aprisionada pela gravidade e formou nosso satélite. “Por isso, considerando essa hipótese, a formação da Lua não é exatamente como a formação da Terra ou de outros planetas do nosso sistema solar. Então, entender qual era a composição desse material que se descolou da Terra para formar a Lua é importante, assim como saber se havia água no processo”, finaliza.



Adaptado de: <https://jornal.usp.br/atualidades/como-a-lua-se-formou-cientistas-mapeiam-presenca-de-hidrogenio-na-superficie-lunar/>. Acesso em 16/08/2022.

1. Após ler atentamente o texto, assinale a alternativa correta:

- a) Os cientistas sabem muito pouco sobre a Lua, por isso, sequer conseguem conjecturar sobre a sua formação.
- b) Foi possível detectar a existência de água na Lua a partir da presença do elemento químico hidrogênio.
- c) A Lua foi formada pela colisão de um corpo gigantesco com Marte.
- d) O magma presente na formação da Lua gerou moléculas de água.
- e) A Terra e a Lua têm a mesma composição química.

2. Assinale a alternativa que indica qual a função desempenhada pela conjunção “embora” na oração “Embora ela esteja bem perto de nós e plenamente visível quase todas as noites, ainda são muitos os mistérios que cercam a Lua.”:

- a) Subordinada adverbial concessiva.
- b) Coordenada alternativa.
- c) Subordinada adverbial causal.
- d) Subordinada adverbial temporal.
- e) Coordenada conclusiva.

3. Considere a oração “O mapa confirmou hidrogênio em dois tipos de materiais lunares.” e assinale a alternativa que indica a classe de palavras a que pertence o termo “lunares”:

- a) Verbo.
- b) Substantivo.
- c) Advérbio.
- d) Numeral.
- e) Adjetivo.

4. Na oração “Os achados sugerem que a água provavelmente desempenhou um papel importante na formação e solidificação original do oceano de magma da Lua.”, a expressão “um papel importante” desempenha a função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Objeto indireto.
- c) Objeto direto.
- d) Adjunto adverbial de tempo.
- e) Adjunto adnominal restritivo.

5. Assinale a alternativa em que o uso do acento grave foi feito incorretamente:

- a) As aulas começam às 14h em ponto.
- b) Entregamos as provas às autoridades competentes.
- c) Gostaria de pagar à vista.
- d) A placa não informava que havia obras à 2km daqui.
- e) Àquele sujeito você não deve repassar informações.

INFORMÁTICA

6. A partir da versão 2007 do Microsoft Office, houve nítidas alterações na interface dos softwares como o Word, o Excel e o PowerPoint. Os menus foram substituídos pela faixa de opções, que apresenta ícones agrupados em guias ou abas. A partir desta versão, no layout do **Microsoft Word** permaneceu um único menu, intitulado:

- a) Editar.
- b) Exibir.
- c) Inserir.



- d) Arquivo.
- e) Formatar.

7. O pacote de softwares **Microsoft Office**, partilha de funcionalidades que são comuns entre os softwares, como por exemplo, no caso do Excel, do Word e do PowerPoint. Indique qual é o atalho que pode ser utilizado no **Microsoft PowerPoint** 2016, (na versão em português), para refazer uma ação que tenha sido desfeita, através da utilização do comando CTRL + Z:

- a) CTRL + A
- b) CTRL + K
- c) CTRL + M
- d) CTRL + W
- e) CTRL + Y

8. Assim como nas demais versões do **Microsoft PowerPoint**, ao utilizar o software de maneira online, através do **Microsoft 365**, é possível inserir links nos slides, tanto para acessar endereços de internet como para acessar outros slides da mesma apresentação. Indique qual é o atalho que permite fazer isto, no **PowerPoint** do **Microsoft 365** (na versão em português):

- a) CTRL + A
- b) CTRL + K
- c) CTRL + M
- d) CTRL + W
- e) CTRL + Y

9. Considere a seguinte planilha, editada no **Microsoft Excel** 2016, (na versão em português):

	A	B	C	D	E
1	gênero	Idade	filial	localização	comissão
2	masc	18	Apucarana	norte	45,81
3	fem	27	Curitiba	Sul	50,51
4	fem	41	Paranaguá	Litoral	101,02
5	masc	20	Paranavaí	Noroeste	12,98
6	masc	39	União da Vitória	Sul	50,51

Qual das opções abaixo lista corretamente uma fórmula para que possa calcular o valor das comissões das vendas realizadas por pessoas do gênero masculino, e cujas lojas se localizem na região sul do Estado do Paraná?

- a) =SOMASE(D2:D6;"Sul";A2:A6;"masc";E2:E6).
- b) =SOMASES(E2:E6;D2:D6;"Sul";A2:A6;"masc").
- c) =SOMASE(E2:E6;D2:D6;"Sul";A2:A6;"masc").
- d) =SOMASES(D2:D6;"Sul";A2:A6;"masc";E2:E6).
- e) =SOMASE(A2:A6;"masc";D2:D6;"Sul";E2:E6;).

10. Observe a planilha abaixo:

	A	B	C	D	E	F
1		Campus	Logradouro	Bairro	CEP	Nome_Anterior
2	1	Apucarana	Av. Minas Gerais, 5021	São Miguel	86813-250	FECEA
3	2	Campo Mourão	Av. Comendador Norberto Marcondes, 733	Centro	87303-100	FECILCAM
4	3	Curitiba I	Rua Comendador Macedo, 254	Centro	80060-030	EMBAP
5	4	Curitiba II	Rua dos Funcionários, 1357	Cabral	80035-050	FAP
6	5	Paranaguá	Av. Gabriel de Lara, 678	João Gualberto	83.203-550	FAFIPAR
7	6	Paranavaí	Av. Gabriel Esperidião, s/n	Morumbi	87703-000	FAFIPA
8	7	União da Vitória	Praça Coronel Amazonas, s/n	Centro	84600-185	FAFIUV



Considere a planilha acima, aberta no **Microsoft Excel 2016** (em português), e a fórmula =PROCV(A5;A2:E8;2;0). Qual das alternativas indica o resultado obtido através dessa fórmula?

- a) FECEA.
- b) FAFIUUV.
- c) FAFIPAR.
- d) Curitiba II.
- e) Paranaguá.

CONHECIMENTOS GERAIS – ATUALIDADE - ECA

11. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um órgão da administração pública federal do Brasil que tem por função suprir as três esferas de gerenciamento público e a população em geral com dados sobre as geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país. Em 2022 ele está realizando que amplo e importante estudo estatístico referente à população brasileira?

- a) Eleições 2022.
- b) IRPF 2022.
- c) Enade 2022.
- d) Enem 2022.
- e) Censo 2022.

12. O Brasil é uma República Federativa Presidencialista. O Presidente da República é a autoridade máxima da política brasileira e o Chefe do Poder Executivo do país, o qual é eleito a cada..... via.....:

- a) quatro anos; sem votação da população;
- b) quatro anos; votação direta da população.
- c) quatro anos; votação indireta da população.
- d) três anos; votação direta da população.
- e) três anos; votação indireta da população.

13. Em 2022 faleceu Jô Soares, uma personalidade ícone da televisão brasileira, que além de apresentador atuou como:

- a) humorista.
- b) escritor.
- c) ator.
- d) nenhuma das alternativas anteriores.
- e) todas as alternativas anteriores.

14. Desde maio de 2022 uma zoonose causada pelo vírus *monkeypox* vem causando preocupação às organizações de saúde mundiais, pois, casos dela já foram notificados em cerca de 70 países onde a doença não é endêmica. Essa zoonose vem sendo popularmente chamada de “... dos macacos”.

- a) catapora.
- b) sarampo.
- c) vacina.
- d) varíola.
- e) varicela.

15. O Art. 244-A e § do ECA, incluído pela Lei nº 9.975/2000 e Lei nº 13.441/2017, sobre crime de submissão de criança à prostituição ou exploração sexual, não prevê:

- a) Prestação de serviços à comunidade.
- b) Pena – reclusão de quatro a dez anos e multa.
- c) Perda de bens e valores utilizados na prática criminosa em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação (Estado ou Distrito Federal) em que foi cometido o crime,



- ressalvado o direito de terceiro de boa-fé.
- d) As mesmas penas para o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente.
 - e) A cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

CONHECIMENTO RELATIVO AO ENSINO SUPERIOR

16. O REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ apresenta no título VI a composição da Comunidade Acadêmica da Unespar e determina que:

- I. O corpo docente da Universidade é constituído pelos professores que exercem atividades diretamente ligadas ao ensino, pesquisa e extensão universitária.
- II. O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados na Universidade - em cursos de graduação, de Pós-Graduação Lato Sensu e em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu.
- III. São consideradas atividades dos Agentes Universitários as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessárias ao cumprimento dos objetivos da Universidade.

Tomando por base o Regimento da UNESPAR é certo afirmar em relação aos itens I a III apresentados acima que:

- a) Somente I está correto.
- b) Somente I e II estão corretos.
- c) Somente II e III estão corretos.
- d) Somente III está correta.
- e) Todas estão corretas.

17. Conforme previsto no REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ o Conselho de Planejamento, Administração e Finanças tem por atribuição:

- a) Definir as diretrizes para o ensino de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão e Cultura no âmbito Institucional.
- b) Estabelecer e definir as políticas científica, de ensino, de extensão, administrativa e econômico-financeira.
- c) Propor a orientação administrativa de toda a Universidade.
- d) Opinar e deliberar sobre assuntos pertinentes ao Campus, que lhes sejam submetidos pelo Diretor-Geral do Campus.
- e) Aprovar a programação e execução das atividades acadêmicas em suas respectivas áreas.

18. A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional aponta em relação ao ensino superior que os Estados incumbir-se-ão de:

- I. Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- II. Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
- III. Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios.

Tomando por base o LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 é certo afirmar em relação aos itens I a III apresentados acima que:

- a) Somente I está correto.
- b) Somente I e II estão corretos.
- c) Somente I e III estão corretos.
- d) Somente III está correta.
- e) Todas estão corretas.

19. Segundo a o LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 o dever do Estado com educação escolar pública no Ensino Superior será efetivado mediante a garantia de:



- a) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- b) Acesso universal aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística.
- c) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, somente nas instituições públicas de ensino.
- d) Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, somente nas instituições privadas de ensino.
- e) Acesso obrigatório aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística a todos os jovens de 18 a 24 anos.

20. Marque a opção que preenche a lacuna da frase “A universidade brasileira, dotada de autonomia prevista de Constituição Federal de 1988, executará sua função com base na indissociabilidade do tripé _____; _____ e _____”.

- a) Pesquisa, Inovação e Prestação de Serviços.
- b) Ensino, Inovação e Tecnologia.
- c) Pesquisa, Inovação e Extensão.
- d) Ensino, Pesquisa e Extensão.
- e) Ensino, Pesquisa e Inovação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Os contratos regidos pela Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, de 2021, poderão ser alterados unilateralmente pela Administração, ou por acordo entre as partes. Assim, no que se refere à recomposição do equilíbrio econômico, à repactuação e ao reajuste, pode-se afirmar:

- a) O reajuste é a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.
- b) A variação do valor contratual, no caso de reajuste, pode ocorrer unilateralmente por apostilamento, pela Administração, quando decorrer de cláusulas não previstas nos contratos.
- c) A variação do valor contratual, no caso de reajuste, busca a manutenção do equilíbrio econômico, e pode ocorrer unilateralmente, por apostilamento, pela Administração, mas, quando decorrer de cláusulas previstas nos contratos, não se dispensa a celebração do termo aditivo.
- d) No caso de contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, a repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- e) No caso de recomposição ou restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato decorrente do chamado fato do príncipe, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, poderá ser feita unilateralmente pela Administração, com as devidas justificativas, por termo de apostila e vinculado, no prazo de 05 (cinco) dias ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

22. Em breve síntese, o Mandado de Segurança será concedido para a proteção de direito líquido e certo à pessoa que sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Assim, para os efeitos da lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo – Lei nº 12.016, de 2009, não se pode afirmar:

- a) Os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, no que diz respeito a essas atribuições, também são consideradas autoridades.



- b) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público, caso esses atos violem direito líquido e certo.
- c) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.
- d) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- e) Salvo o *habeas corpus*, os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, sendo que, na instância superior, deverão ser levados a julgamento na primeira sessão que se seguir à data em que forem conclusos ao relator e o prazo para a conclusão dos autos não poderá exceder de 5 (cinco) dias.

23. A Lei nº 14.230, de 2021, promoveu alterações substanciais na conhecida Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.249, de 1992), inclusive ao dispor que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

- a) negar publicidade aos atos oficiais em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, nesse caso, independente da demonstrado o dolo do agente.
- b) frustrar, em ofensa à imparcialidade, de forma dolosa ou culposa, por ação ou omissão, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- c) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, mesmo no caso de conduta culposa, com vistas a ocultar irregularidades.
- d) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas, mesmo que a conduta seja culposa.
- e) nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, desde que demonstrado o dolo do agente, já que a conduta culposa, nesse caso, não constitui ato de improbidade administrativa.

24. A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs - somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos, com finalidade definida nos termos da lei. Ainda, é o Ministério da Justiça emitirá o certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que cumpridos os requisitos contidos na Lei 9.790, de 1999. No entanto, é incorreto afirmar que:

- a) As fundações públicas não são passíveis de qualificação como OSCIPs.
- b) As organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações, não são passíveis de qualificação como OSCIPs.
- c) As sociedades comerciais e as organizações sociais não são passíveis de qualificação como OSCIPs.
- d) As instituições hospitalares privadas gratuitas e as escolas privadas dedicadas ao ensino formal gratuito e suas mantenedoras são passíveis de qualificação como OSCIPs.
- e) As cooperativas são passíveis de qualificação como OSCIPs.

25. Considerando o preceito Constitucional de que “é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos”, podemos afirmar que:

- a) Não há previsão legal que trate da carga horária máxima a ser cumprida semanalmente, ou que limite a jornada semanal de trabalho, devendo apenas ser cumprida a determinação constitucional de compatibilidade de horários.
- b) O texto constitucional veda expressamente a incompatibilidade de horários, quanto acima de 60 (sessenta) horas.



- c) Não é possível o acúmulo de dois cargos de professor, na rede pública.
- d) Não é possível ser professor e exercer um outro cargo técnico, em uma mesma Universidade.
- e) A necessidade da compatibilidade de horários não está expressamente prevista no texto constitucional.

26. Pela lei processual civil, quando uma das partes for a Fazenda Pública é correto afirmar que:

- a) está previamente dispensada de realizar audiência de conciliação, por se tratar de direitos indisponíveis.
- b) é sempre obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- c) a sentença proferida contra a fazenda pública está sujeita ao duplo grau de jurisdição, exceto, por exemplo, no caso de entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- d) é inadmissível a ação monitória em face da Fazenda Pública.
- e) quanto fundada em título extrajudicial, caso não oponha embargos, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, independente do valor da condenação.

27. Quanto aos atos administrativos, é incorreto afirmar que:

- a) são espécies do gênero ato jurídico.
- b) pode-se dizer que seus elementos ou requisitos são: a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto;
- c) presume-se legal e conforme o direito, até prova em contrário.
- d) o ato administrativo dotado de generalidade e abstração não é válido.
- e) o motivo, como elemento integrante da manifestação do ato, pode vir expresso em lei como pode ser deixado ao critério do legislador.

28. Assim preceitua o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990): “São direitos básicos do consumidor: [...] a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral”. Nesse sentido, assinale a alternativa correta sobre serviços públicos:

- a) A loteria federal é um serviço público, embora seja dispensável.
- b) O poder de polícia é um serviço público prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais da coletividade.
- c) Os serviços de educação, seja os prestados pelo Estado, seja os prestados por particulares, configuram serviço público essencial, podendo ser desenvolvidos pelo setor privado por meio de concessão de uso e deve ser renovada a cada cinco anos pelo Ministério da Educação, com parecer prévio do Conselho Estadual de Educação do Estado-membro.
- d) A educação pode ser considerada como serviço público exclusivo e privativo, quando prestado por particulares, ou quanto prestado diretamente pelo Estado e suas autarquias, como é o caso da Universidade Estadual do Paraná.
- e) Conforme previsto no texto constitucional, é possível a delegação do poder de polícia, por meio de concessão, permissão ou autorização, por ser uma espécie do gênero serviços públicos.

29. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correspondente:

I- A jurisprudência do STF é firme quanto ao não cabimento de reclamação fundada na transcendência dos motivos determinantes do acórdão com efeito vinculante.

II- A teoria dos motivos determinantes funda-se na consideração de que os atos administrativos, quanto tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.

III- A teoria dos motivos determinantes é aplicada no direito administrativo brasileiro no caso de funcionário exonerável *ad nutum*, quando não motivado.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.



30. A mais que conhecida Emenda Constitucional nº 19, de 1998, inseriu o princípio da eficiência no *caput* do art. 37. Ainda, antes dessa Emenda, eram considerados estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público. Após a referida Emenda, o prazo da estabilidade foi estendido para três anos. Pelo exposto, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correspondente:

I-O servidor público, como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatório o transcurso de três anos no cargo ou pelo cumprimento do plano de avaliação periódica elaborado pela chefia imediata, no mesmo prazo.

II-O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

III-O servidor público estável poderá perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica, pelo não cumprimento do plano de avaliação de desempenho elaborado pela chefia imediata.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Somente estão corretos os itens I e II.
- d) Somente está correto o item III.
- e) Somente está correto o item I.

31. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Destarte, nos termos da legislação vigente, dentre as opções a seguir, assinale a alternativa incorreta, quanto aos bens públicos:

- a) os rios, mares, estradas, ruas e praças são bens públicos de uso comum e são inalienáveis.
- b) por exclusão, todos os outros bens são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- c) os bens públicos dominicais são inalienáveis e não estão sujeitos a usucapião.
- d) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias são bens públicos de uso especial, e são inalienáveis.
- e) o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, constituem os bens dominicais.
- e) não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

32. Dentre as opções a seguir, assinale a alternativa correta:

- a) Os contratos administrativos regem-se exclusivamente pelas normas de direito público.
- b) Os contratos da administração regem-se exclusivamente pelas normas de direito privado.
- c) Os contratos administrativos, sem exceção, devem estabelecer a vigência por prazo determinado, em regra por cinco anos, e, excepcionalmente, por 30 anos, no máximo.
- d) Os contratos das autarquias estão sujeitos à licitação, por determinação constitucional e nos termos da nova lei de licitação.
- e) Os contratos decorrentes de inexigibilidade e dispensa de licitação não exigem parecer jurídico prévio, mas na homologação do processo é obrigatório o parecer.

33. A nova lei de licitações (Lei nº 14.133, de 2021) alterou o Código Penal, considerando crime a(o):

- a) Contratação direta ilegal e Frustração do caráter competitivo de licitação.
- b) Patrocínio de contratação indevida e Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo;
- c) Perturbação de processo licitatório, Violação de sigilo em licitação, Afastamento de licitante e Fraude em licitação ou contrato.
- d) Contratação inidônea, Impedimento indevido e Omissão grave de dado ou de informação por projetista.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

34. O “funcionário de fato” ou “agente público de fato”, na teoria direito, é:

- a) aquele cuja investidura foi irregular, mas cuja situação tem a aparência de legalidade.
- b) aquele cuja investidura foi regular, mas cuja situação tem a aparência de ilegalidade.
- c) aquele cuja investidura foi aparentemente irregular, mas não comparece para o desempenho de suas atribuições - também conhecido como “funcionário fantasma”.
- d) aquele cuja investidura foi declarada regular, mas comparece com pouca frequência para o desempenho



de suas atribuições.

e) aquele cuja investidura foi declarada regular e desempenha, de fato, suas atividades e atribuições.

35. A obrigação de reparar o dano, para o servidor público:

- a) estende-se aos sucessores ou herdeiros legítimos, independente de culpa ou dolo, mesmo depois da partilha.
- b) estende-se aos sucessores ou herdeiros, até o limite do valor da herança, em caso de culpa ou dolo.
- c) não se estende aos sucessores ou herdeiros, depois da partilha, mesmo se comprovada a culpa ou dolo.
- d) estende-se aos sucessores ou herdeiros, apenas se o servidor tiver agido com culpa, antes da partilha.
- e) estende-se aos sucessores ou herdeiros, até o limite do valor da herança, apenas se o servidor tiver agido com dolo.